



## **Mesa 2: Políticas públicas y su impacto en la configuración de municipios y organizaciones sociales. (Siglos XX-XXI)**

Vania Cristina dos Santos Pedro  
 Universidade Estadual Paulista/UNESP  
 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia  
 Rua Roberto Simonsen, 305  
 19060-900 - Presidente Prudente, SP - Brasil.  
[vaninha.vcp@gmail.com](mailto:vaninha.vcp@gmail.com)

Martine Guibert  
 Géographe, enseignante-chercheure  
 Université Toulouse - Jean Jaurès (UT2J)  
 Groupe de recherche LISST – Dynamiques rurales  
 5 allées Antonio Machado 31058 Toulouse cedex 9  
[guibert@univ-tlse2.fr](mailto:guibert@univ-tlse2.fr)

Antonio Nivaldo Hespanhol  
 Universidade Estadual Paulista/UNESP  
 Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia  
 Rua Roberto Simonsen, 305  
 19060-900 - Presidente Prudente, SP - Brasil.  
[nivaldo@fct.unesp.br](mailto:nivaldo@fct.unesp.br)



## **Políticas públicas de apoio a agricultura e aos circuitos curtos de comercialização na região Midi-Pyrénées (França) e o Projeto de Microbacias II, no Estado de São Paulo (Brasil)**

### **Resumo**

O objetivo do trabalho é apresentar os resultados obtidos por meio do estágio de pesquisa realizado entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016 no *Groupe de Recherche Dynamiques Rurales*, vinculado a Universidade Toulouse - Jean Jaurès. No Brasil e mais especificamente no Estado de São Paulo, estudamos o Projeto de Microbacias II, uma política pública cujo objetivo é inserir e tornar o agricultor familiar mais competitivo nas cadeias produtivas em que atuam. Durante o estágio realizado no sul na França, foi possível conhecer pequenos agricultores e a forma de funcionamento dos órgãos que prestam serviço a estes sujeitos. A partir da experiência francesa, pretendemos indicar os possíveis caminhos a serem seguidos, com base na combinação dos investimentos efetuados por intermédio do Projeto de Microbacias II e a valorização dos circuitos curtos, de modo a não excluir os pequenos produtores das cadeias produtivas, mas sim criar canais de comercialização e simultaneamente promover a valorização dos produtos locais.

O intuito é aprofundar o conhecimento acerca da organização e funcionamento da agricultura de pequena escala no Brasil e na França, sua participação nas cadeias produtivas e nos circuitos curtos de comercialização, tomando como referência empírica a área rural da região Midi-Pyrénées (Departamentos da Haute-Garonne e da Ariège). Reconhecendo a importância das ações desenvolvidas pela Política Agrícola Comum (PAC), julgamos importante analisar os seus impactos no espaço rural, sobretudo para os pequenos agricultores. Estabelecemos como procedimentos metodológicos, a revisão da literatura com temas relacionados à PAC, a organização das cadeias produtivas e, sobretudo, dos circuitos curtos de comercialização em relação com a demanda social de aceder a produtos alimentícios com rastreabilidade e maior qualidade. Participamos de visitas técnicas, juntamente com os alunos do curso de mestrado no Departamento de *Ariège*, além de entrevistas com



representantes da *Chambre d'Agriculture* (Casa da Agricultura) de Haute-Garonne e com pequenos produtores que participam da Plataforma de comercialização *Drive-Fermier Toulousain*, que se constitui numa loja virtual de venda de produtos agrícolas, organizada pelos produtores, para os consumidores da aglomeração de Toulouse.

Destacamos como fontes bibliográficas utilizadas, JEAN Yves e PÉRIGORD Michel (2009); Comissão Europeia (2013); TEMPLE Ludovic (2009, 2013); CHIFFOLEAU Yuna (2012).

## INTRODUÇÃO

O trabalho tem como finalidade apresentar os resultados obtidos a partir do estágio de pesquisa realizado na França entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016 no *Groupe de Recherche LISST/Dynamiques Rurales*, vinculado a *Université Toulouse - Jean Jaurès*.

Na pesquisa regular, estudamos o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II- Acesso ao Mercado, uma política pública cujo objetivo é inserir e tornar o agricultor familiar mais competitivo nas cadeias produtivas em que atuam. Selecionamos como área de estudo os municípios de Pratânia e Pardinho, vinculados ao Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Botucatu. Foram pesquisadas a Associação Rural Giocondo Basseto (ARGB) e a Associação de Produtores Rurais de Pardinho (APRUPAR), sendo que ambas agregam produtores de café.

Durante o estágio realizado no sul na França, foi possível entrevistar pequenos agricultores, ler sobre os circuitos curtos de comercialização e conhecer a plataforma *Drive-fermier Toulousain*, que se constitui numa loja virtual de venda de produtos agrícolas, organizada pelos produtores e se volta ao atendimento de consumidores da aglomeração de Toulouse, sendo averiguada também a estrutura e a forma de funcionamento dos órgãos que prestam serviço aos agricultores, em especial a *Chambre d'Agriculture* (Casa da Agricultura), que no Estado de São Paulo se assemelham aos Escritórios de Desenvolvimento Rural vinculados à Coordenadorias de Assistência Técnica Integral (CATI).



A partir da experiência francesa, pretendemos indicar os possíveis caminhos a serem seguidos, com base na combinação dos investimentos efetuados por intermédio do Microbacias II e a valorização dos circuitos curtos, de modo a não excluir os pequenos produtores das cadeias produtivas, mas sim criar novos canais de comercialização e simultaneamente promover a valorização dos produtos locais.

Com base nas entrevistas feitas com pequenos agricultores que participam dessa plataforma, verificamos que todos eles comercializam seus produtos (vinhos e cereais) em cadeias produtivas, exportam para países como Alemanha, Bélgica, Irlanda, Estados Unidos, China e também vendem nos mercados locais, lojas de produtores e, sobretudo no *drive-fermier*, que segundo eles se constitui numa boa alternativa, uma vez que elimina os intermediários.

Em termos metodológicos, optamos pelo levantamento bibliográfico e documental sobre os seguintes temas: Política Agrícola Comum (PAC), circuitos curtos de comercialização, Microbacias II e sobre o conceito de cadeias produtivas. Foi realizada a coleta de dados junto ao *Ministère de l'Agriculture, de l'Agroalimentaire et de la Forêt* (Centro de estatística AGRESTE) para caracterizar a região *Midi-Pyrénées*, além do levantamento de dados referentes a PAC, por região e departamento, e das bases de dados do *Institut national de la statistique et des études économiques (INSEE)*.

Posteriormente foi realizado um trabalho de campo com o objetivo de conhecer as especificidades do Departamento de *la Haute-Garonne*, as formas de cultivo, de comercialização dos produtos agropecuários e compreender como se organizam as *Chambres d'Agriculture*. Participamos de visitas técnicas, juntamente com os alunos do curso de mestrado no Departamento de *Ariège*, além de entrevistas com representantes da *Chambre d'Agriculture de la Haute-Garonne* e com pequenos produtores que participam da Plataforma de comercialização *Drive-Fermier Toulousain*.

## **GÊNESE E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE MICROBACIAS II NO ESTADO DE SÃO PAULO**



O processo de descentralização se iniciou nos anos 1990, quando foram transferidos recursos públicos e novas atribuições da esfera federal para os estados e municípios, havendo uma reorganização das políticas públicas que passaram a ser executadas com a participação direta dessas instâncias administrativas. O programa de microbacias é um exemplo desse tipo de política pública, elaborada pelo governo estadual e executada pelas Casas da Agricultura em nível municipal.

Assim, foram elaborados e implementados o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (Microbacias I)<sup>1</sup> executado no período compreendido entre 2000 e 2008 e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (Microbacias II - Acesso ao Mercado) passou a ser executado a partir de 2011.

O período de execução estava inicialmente previsto para cinco anos (2011 a 2015), mas foi prorrogado até setembro de 2017 para dar continuidade às ações propostas e negociadas com o Banco Mundial.

As ações e recursos financeiros do projeto inicialmente previam beneficiar os municípios com maior concentração de agricultores familiares, considerando a alta suscetibilidade a erosão como indicativo de degradação ambiental decorrente do manejo inadequado do solo. Entretanto, os últimos resultados mostram que foram beneficiadas as associações e cooperativas mais estruturadas/engajadas e capitalizadas, as quais muitas vezes não se enquadram nas normas socioeconômicas e ambientais preestabelecidas no projeto.

De acordo com Neves Neto (2013), o objetivo principal do PDRS é promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da geração de oportunidades de emprego e renda, a inclusão social, a manutenção dos recursos naturais e a satisfação da comunidade. Para atingir esse objetivo, o projeto pretendeu alavancar a competitividade da agricultura familiar frente ao mercado por meio da sua maior inserção nas cadeias produtivas.

<sup>1</sup> Em sua primeira edição, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), teve como meta promover o desenvolvimento rural no território paulista. Pretendia-se apoiar a implementação de sistemas de produção agropecuários que assegurassem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, com a participação da sociedade civil organizada e dos próprios beneficiários (SÃO PAULO, 2001).



Para executar o projeto, o governo paulista firmou um Acordo de Empréstimo (7908-BR) com o Banco Mundial no valor de US\$ 78 milhões a serem investidos na implementação do Projeto de Microbacias II, no prazo estabelecido de cinco anos (2011 a 2015), sendo que o custo total do projeto é de US\$ 130 milhões, com a contrapartida do Estado de São Paulo no valor de US\$ 52 milhões (SÃO PAULO, 2012).

Receberam incentivos as associações e/ou cooperativas que apresentaram propostas de negócio compreendendo no mínimo quinze produtores rurais dos respectivos grupos, dos quais mais de 50% deveriam ser agricultores familiares (SÃO PAULO, 2012).

A meta inicial era beneficiar diretamente 22.000 famílias de agricultores familiares integrantes de 300 organizações de produtores rurais, comunidades indígenas e quilombolas. Todavia, os documentos disponibilizados pelo gerente regional do projeto em Campinas, mostram que até a 5ª chamada pública foram beneficiados somente 6.838 produtores rurais, dos quais 6.400 são considerados agricultores familiares (conforme as diretrizes do projeto), envolvendo 93 diferentes cadeias produtivas em todo o Estado. O número de organizações envolvidas foi de 195, dados estes que se revelam bastante aquém das metas iniciais.

Os motivos dessa baixa participação podem ter sido, entre outros, a seletividade do Microbacias II, pois, às exigências do programa fizeram com que fossem beneficiados principalmente produtores mais capitalizados. Além disso, o desinteresse das prefeituras em apoiar o projeto, a falta de compromisso dos funcionários da CATI, cuja missão é divulgar o programa e auxiliar as associações e cooperativas participantes também dificultaram o acesso dos agricultores familiares com menor nível de organização e de capitalização. Outro fator limitante é o baixo número de técnicos da CATI para atender os produtores rurais nos municípios, e, neste aspecto, não há previsão de que venham a ser contratados novos funcionários.

A CATI pretende disseminar os mesmos serviços de extensão rural às associações e/ou cooperativas de produtores rurais contempladas pelo programa, para as demais unidades produtivas no território paulista "promovendo ajustes no atual padrão produtivo e



possibilitando mudanças estruturais de acordo com as oportunidades existentes nas comunidades trabalhadas" (SÃO PAULO, 2012, p. 4).

Não somente os agricultores familiares, mas também os médios e grandes poderão receber benefícios indiretos, desde que estejam organizados em associações ou cooperativas e participem dos empreendimentos comunitários.

De acordo com levantamento feito pela CATI, as cadeias produtivas existentes no território paulista com maior potencial para fortalecer a agricultura familiar são: a fruticultura, a pecuária leiteira, a olericultura, a cafeicultura, a heveicultura, além da pecuária de corte e cereais. Os integrantes da Associação de Produtores Rurais de Pardinho (APRUPAR) e da Associação Rural Giocondo Basseto (ARGB) participam da cadeia produtiva do café e possuem planos de negócios apoiados pelo Programa de Microbacias II.

## CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA DA REGIÃO DOS MIDI-PYRÉNÉES E A IMPORTÂNCIA DA PAC PARA O SETOR AGROPECUÁRIO

Antes de apresentar os resultados da PAC nos Midi-Pyrénées é relevante destacar as diferenças do processo de descentralização político-administrativa na França, bem como o protagonismo que passam a exercer tanto os departamentos quanto as *communes* que contam com um fundo próprio para a operacionalização das políticas públicas.

Herança do período jacobino, a França até os anos de 1980 era considerada um país centralizado. Somente após os anos 1980 ocorreu uma desconcentração da administração e descentralização territorial do Estado francês, traduzindo, assim, reivindicações regionais em nome do princípio da democracia local, da criação de estruturas institucionais ligadas a escala regional, e construção das competências locais (dos departamentos e *communes*<sup>2</sup>) (BERRIET-SOLLIEC, 2002).

<sup>2</sup>A *commune* é a menor unidade administrativa na França, dirigida por um prefeito (*maire*) e uma câmara legislativa (AUBERT *et al*, 2002).



A lei de descentralização, instituída em sete de janeiro de 1983, define a independência do Executivo local, reconhece a região como entidade política e rege a intervenção econômica e social das administrações locais, atuando de forma a organizar a transferência das competências do Estado para elas (AUBERT *et al*, 2002).

Essas medidas de transferência de responsabilidade aos governos locais se inserem num movimento geral no contexto da União Europeia, embora existam diferenças substanciais entre os países, devido a sua estrutura institucional.

Na França ocorreu um reforço das coletividades locais com a emergência de formas regionalizadas de intervenção. Com iniciativa do Ministério da Agricultura e colaboração do l'INRA-ENSA<sup>3</sup> de *Montpellier*, no início dos anos 1990 os recursos públicos vindos dos departamentos e regiões passam a ser indexados de maneira precisa (BERRIET-SOLLIEC, 2002). Conforme a autora:

Ils figurent en annexe du projet de budget annuel consacré au secteur agricole, ceci permettant de mesurer l'effort public global de la Nation pour l'agriculture, quels que soient l'échelon administratif et l'origine des fonds (européen, nationaux, régionaux ou départementaux) (BERRIET-SOLLIEC, 2002, p. 54)<sup>4</sup>.

Diferente do Brasil em que o processo de descentralização foi marcado pelas transferências de responsabilidades da União para as demais escalas da administração pública, na França, as regiões e departamentos dispõem de fundos próprios (devido ao aumento dos impostos locais) para gerir e operacionalizar tais políticas.

A intervenção das regiões, departamentos e *communes* se organizam a partir de quatro proposições principais:

-suppression des tutelles administratives, financières et techniques de l'État;

<sup>3</sup> Institut National de la Recherche Agronomique e École Nationale Supérieure Agronomique.

<sup>4</sup> Eles são anexados ao projeto de orçamento anual dedicado à agricultura, permitindo medir o esforço público global da nação para a agricultura, independentemente do nível administrativo e da origem dos fundos (europeu, nacional, regional ou departamental) (BERRIET-SOLLIEC, 2002, p. 54).





- transfert des exécutifs départementaux et régionaux;
- élargissement des possibilités d'intervention économique;
- nouvelles définitions des attributions des régions et partition des services entre l'État et les départements.<sup>5</sup>

Em relação à agricultura, os departamentos podem definir suas prioridades de intervenção e implementar políticas agrícolas, com a condição de que respeitem os regulamentos nacionais e europeus (BERRIET-SOLLIEC, 2002).

Isso porquê na escala macro a PAC assume grande relevância, dado o histórico europeu e francês de intervencionismo estatal no setor agropecuário. Foi criada com a finalidade de garantir o abastecimento regular de alimentos, sustentar a renda dos agricultores e fixar a população no campo.

A Região dos Midi-Pyrénées<sup>6</sup> tem a população total de 2.954.157 habitantes conforme os dados do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE) referentes ao ano de 2013. Abrange oito departamentos, 22 *arrondissements*, 293 *cantons* e 3019 *communes*, sendo a cidade de Toulouse a capital regional com 441.802 habitantes. A população do Departamento de *Haute-Garonne* é de 1 186 330 habitantes.

Destaca-se pelo elevado número de propriedades rurais possuindo no total 72. 496 unidades. Os dados do Ministério da Agricultura demonstram que as propriedades com até 20 hectares são predominantes na região, representando 46,2% do total, 31,1% das propriedades possuem 50 hectares ou mais e 22,7% possuem entre 20 e 50 hectares.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 1 (anterior a reforma territorial que fundiu em 2016 as duas regiões supracitadas) e baseado no último recenseamento agrícola de 2010, a região dos Midi-Pyrénées apresenta uma agricultura diversificada, a viticultura

<sup>5</sup> -supressão das tutelas administrativas, financeiras e técnicas do Estado; - transferência de executivos departamentais e regionais; -ampliação das possibilidades de intervenção econômica; - novas definições das atribuições das regiões e partição dos serviços entre o Estado e os departamentos.

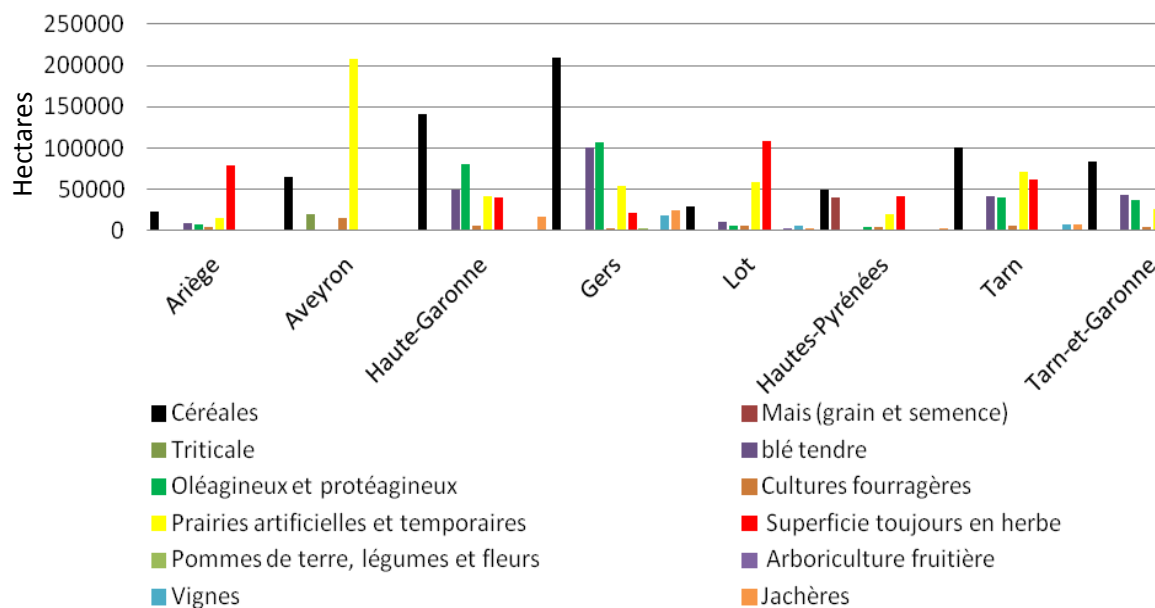
<sup>6</sup> Em janeiro de 2015 ocorreu uma reforma administrativa na França, com o agrupamento de algumas regiões, dentre elas as de *Languedoc-Roussillon* e *Midi-Pyrénées* que a partir da reforma passam a formar a Região *Languedoc-Roussillon-Midi-Pyrénées* abrangendo 13 departamentos, a mais populosa da França metropolitana. Portanto, parte dos dados está disponível nesta nova regionalização.



predomina nos departamentos litorâneos a leste da região. As propriedades especializadas nas grandes culturas encontram-se mais a Oeste (devido a topografia mais plana). No que se refere à produção vegetal, o cultivo de cereais está presente em todos os departamentos, sobretudo em *Haute-Garonne* e *Gers*, os quais são grandes produtores, passando dos 150.000 mil hectares em área de cultivo. As *prairies* (pastagens) artificiais que também estão presentes em todos os departamentos, são semeadas com pelo menos 80% de leguminosas (*luzerne, trèfle blanc, trèfle violet, sainfoin, minette, lotier* etc) e são utilizadas para alimentação animal, já as pastagens temporárias são semeadas com 20% de gramíneas de tipos (*ray-grass, dactyle, fétuque élevée, brome* etc.) (AGRESTE, 2010).

As *superficies toujours en herbe* (STH) designa as áreas com pastagem permanente, que não podem ser substituídas por outro cultivo. Estão presentes na região como um todo, são destinadas a produção de plantas forrageiras para alimentação animal.

**Gráfico 1:** Produção agrícola, por departamento, na Região do Midi-Pyrénées em 2010

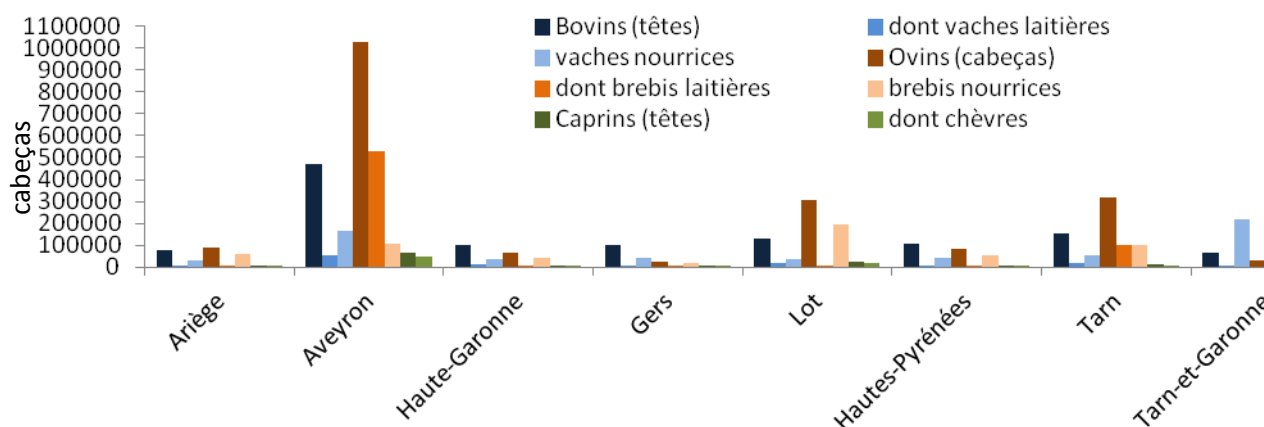


**Fonte:** Estatística agrícola anual 2010 - disponível em  
<http://agreste.agriculture.gouv.fr/IMG/pdf/R7314C03.pdf>.  
 Org: Pedro, Vania C. S. Pedro.

Destaca-se também no cenário regional os efetivos bovino, ovino e caprino, tendo em vista o expressivo número de cabeças, sobretudo nos departamentos de *Aveyron*, *Lot* e *Tarn*, como pode ser verificado no Gráfico 2.

No caso de *Aveyron*, especificamente, os dados do último recenseamento de 2010 demonstram a importância da produção animal, se constituindo no departamento com maior valor de produção, somente a criação de ovinos ultrapassa 100.000 cabeças, ao incluir as ovelhas destinadas a produção leiteira (para a produção do queijo Roquefort), juntas somam um pouco mais de 150.000 cabeças. Já os departamentos de *Lot* e *Tarn* contam com um pouco mais de 30.000 cabeças.

**Gráfico 2:** Efetivo animal, por departamento, na região dos Midi-Pyrénées em 2010



**Fonte:** Estatística agrícola anual 2010 - disponível em  
 <<http://agreste.agriculture.gouv.fr/IMG/pdf/R7314C03.pdf>>.  
 Org: Pedro, Vania C. S. Pedro.

Apesar do Departamento de *Haute-Garonne* não apresentar tanta expressividade na criação de animais quando comparado aos demais departamentos, esta atividade possui extrema importância para sua economia. Segundo documentos oficiais da *Chambre d'Agriculture* (2015, p. 1), o departamento possui uma superfície de 6.309 km<sup>2</sup>, apresentando um relevo variado, sendo que 42% das áreas são planas, 39% são colinas e 19% são montanhas - assim, "plusieurs types d'agriculture sont représentés : l'agriculture de montagne, l'agriculture de plaines, de coteaux ou de vallées, enfin, l'agriculture périurbaine, aux portes de Toulouse".<sup>7</sup>

As áreas de montanha e o sopé dos Pirineus são propícios à pecuária extensiva, contudo, não são solos aráveis, as Colinas de *Gascogne* e de *Volvestre* favorecem a criação bovina. As áreas ocupadas com a pecuária leiteira e de corte ocupam mais de 49.000 hectares, se considerarmos as grandes e médias propriedades, são mais de 48.000 hectares ocupados com esta atividade.

Na França, os produtores rurais utilizam assistência técnica privada, do Conselho Agrícola Departamental e da Casa da Agricultura. O Conselho Agrícola tem como finalidade

<sup>7</sup> Vários tipos de agricultura estão presentes: agricultura de montanha, agricultura de planície, de colinas ou de vales, e enfim, agricultura periurbana em Toulouse.



assegurar apoio técnico e aconselhamento aos agricultores. Podemos listar como atividades do Conselho: apoio a instalação de jovens que decidam trabalhar na agricultura, investimentos com vista à melhoria e aumento da produção na propriedade etc.

Segundo Duvernoy (2009, p. 121), o conselho agrícola de Haute-Garonne "a la particularité d'être en grande partie organisé sur une base territoriale, le canton, depuis près de 50 ans, sans doute en raison de la participation du Conseil Général à l'emploi des conseillers agricoles"<sup>8</sup>. Atualmente a animação territorial está distribuída em quatro setores: *Lauragais*, *Nord Toulousain*, *Volvestre-Vallées* e *Comminges*, com uma rede de 26 conselheiros agrícolas (CONSEIL DÉPARTEMENTAL, 2015).

O conselheiro normalmente acompanha as atividades que são desenvolvidas na propriedade, realiza um diagnóstico de avaliação das atividades agroindustriais, além de acompanhar projetos de instalação, conversão à agricultura orgânica e inserção nos circuitos curtos de comercialização (CONSEIL DÉPARTEMENTAL, 2015).

As Casas da Agricultura são estabelecimentos públicos que representam os atores do mundo agrícola<sup>9</sup>, sendo estes produtores rurais, proprietários, funcionários, grupos profissionais etc. Os serviços realizados consistem em informar, formar e aconselhar os agricultores, propor projetos de inovação, acompanhar projetos estruturantes de promoção da agricultura. Em entrevista o vice-presidente afirma que a Casa da Agricultura tem um duplo papel:

On a double rôle, on a un rôle de représentation de la profession agricole, on ait l'interlocuteur entre l'administration départementale et nationale, la préfecture. On a aussi le boulot de plus en plus important de conseiller technique de conseil économique pour que les agriculteurs, ils soient de plus en plus performants, ils gagnent mieux leur vie, on a une partie de salariés et

<sup>8</sup> Tem a particularidade de ser organizado sobre uma base territorial, por *canton*, por quase 50 anos, provavelmente devido à participação do Conselho Geral com o emprego dos conselheiros agrícolas.

<sup>9</sup> Devemos ressaltar que além dos agricultores que são organizados e assistidos pelas instituições do Estado, tais como as Casas da Agricultura e Conselho Agrícola, existem outros agricultores/produtores rurais que por uma posição político-ideológica, não se utilizam dos serviços técnicos do governo francês em suas propriedades. Paralelo a esta organização existe a *Confédération Paysanne*, sindicato oficialmente fundado em 1987 contra a industrialização da agricultura e o produtivismo agrícola (CONFÉDÉRATION PAYSANNE, 2012).



de la chambre qui travaillent pour améliorer la performance technique d'agriculteurs, donc que ce soit en élevage ou en agriculture, on a deux mission, une de représentation et une mission de conseil (entrevista realizada em janeiro de 2016)<sup>10</sup>.

As ações da PAC também são importantes para a valorização do campo, não somente em *Haute-Garonne*, mas na França como um todo, onde mais 350.000 propriedades foram beneficiadas, recebendo mais de 8 bilhões de euros em subvenções da PAC em 2011 (AGRESTE, 2013).

Em entrevista o vice-presidente relata a importância dessa política pública para o sucesso da agricultura na França, sobretudo para os agricultores de *Haute-Garonne*, segundo o entrevistado:

Ça fait à peu près 15.000 € en moyenne par agriculteur d'aides de la PAC, le revenu moyen des agriculteurs de la Haute-Garonne est de 10.000 € en moyenne par an. Sans la PAC, ils n'auraient pas de revenu, il n'y aurait pas d'agriculteurs dans le département de la Haute Garonne. C'est vraiment un problème énorme pour l'agriculture française (entrevista realizada em janeiro de 2016)<sup>11</sup>.

A partir do trecho extraído, verifica-se a dependência do departamento em relação as subvenções dessa política, já que mais de 50% do rendimento total são provenientes da PAC.

Essas ajudas são (em sua maioria) dissociadas, ou seja, não vinculadas com o índice de produtividade, "elles sont calculées sur la base des surfaces agricoles en culture et du nombre de têtes de bétail que possède l'exploitation"<sup>12</sup> (AGRESTE, 2013, p. 3).

<sup>10</sup> Temos uma dupla função, de representação da profissão agrícola, de intermediação entre o governo departamental, nacional e a prefeitura, além das atividades de consultoria econômica direcionada aos agricultores para que se tornem cada vez mais competitivos, melhorando os rendimentos. Há uma parte dos técnicos da Casa da Agricultura que prestam assistência técnica com objetivo de melhorar o desempenho dos agricultores, seja nas atividades agrícolas ou na criação de animais. Então temos duas missões: uma de representação e outra de assistência técnica.

<sup>11</sup> Cada agricultor recebe em média 15.000 euros de subvenções da PAC, o rendimento médio dos agricultores de Haute-Garonne é de 10.000 euros por ano. Sem a PAC, eles não teriam renda, não haveria agricultores no departamento de Haute-Garonne. É realmente um grande problema para a agricultura francesa.



Uma produtora de vinhos relata, em entrevista, o descontentamento em relação às subvenções diretas da PAC:

Moi, je suis contre, parce que je pense qu'on devrait récompenser celui qui travaille bien, en payant bien ses produits, parce que la PAC aujourd'hui, on se rend compte avec le recul, que ça a favorisé les agriculteurs qui n'avaient rien à faire plutôt que de produire bien<sup>13</sup> (entrevista realizada em novembro de 2015).

Na região dos Midi-Pyrénées foram recenseadas 47.619 propriedades rurais, no ano de 2010, das quais 40.353 receberam 840 milhões de euros do segundo pilar da PAC.

A partir do Mapa 1 e da Tabela 1 que o acompanha é possível verificar as subvenções direcionadas a região em milhões de euros, com destaque para as subvenções do primeiro pilar que é maior dentre os departamentos franceses.

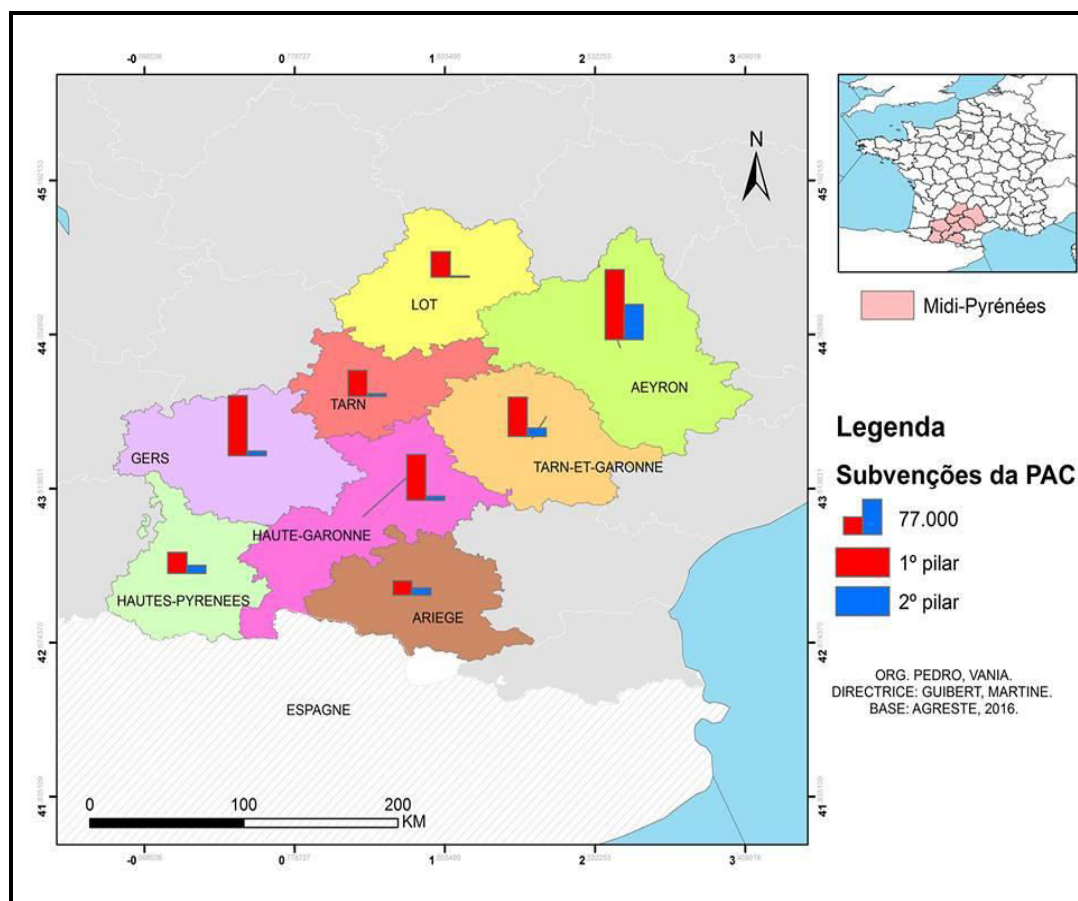
As subvenções do segundo pilar objetivam manter o dinamismo socioeconômico dos territórios rurais e incentivar as atividades pluriativas. O Departamento de *Aveyron* foi o que mais recebeu recursos da PAC, foram aproximadamente 154 milhões de euros do primeiro pilar e 77 milhões de euros do segundo pilar.

O Departamento de *Gers* também se destaca nas subvenções do primeiro pilar, 132 milhões de euros em subvenções, já o *Haute-Garonne* foi o terceiro departamento que mais recebeu subvenções da PAC sendo 101 milhões de euros do primeiro pilar e quase 9 milhões de euros do segundo pilar. As subvenções totais do segundo pilar somam 174 milhões de euros dadas as condições naturais e as atividades de turismo rural.

### Mapa 1: Subvenções da Política Agrícola Comum (PAC) em 2013 por Departamento

<sup>12</sup> São calculadas com base na superfície agrícola cultivada e no número de animais existentes na propriedade

<sup>13</sup> Sou contra, porque eu acho que nós deveríamos recompensar aqueles que trabalham bem, pagando por seus produtos. Percebemos que comparado ao período anterior, a PAC atualmente tem favorecido os agricultores que não produzem bem.



**Tabela 1:** Subvenções da Política Agrícola Comum (PAC) em 2013 por Departamento

Subvenções da PAC	Total do 1° Pilar	Total do 2°
-------------------	-------------------	-------------



XIII Jornadas Nacionales y  
V Internacionales de Investigación y Debate.

**Sujetos Sociales  
y  
Territorios Agrarios  
Latinoamericanos**

**Siglos XX y XXI**

Universidad Nacional de Quilmes  
27 al 29 de julio de 2016

Organizan

CEAR  
Centro de Estudios de la  
Argentina Rural

UC  
UNIVERSIDAD  
de CORDOBA

ceil  
Centro de Estudios  
Investigaciones  
Latinoamericanas  
"Prof. Lucía Ndi"

Auspician

AGENCIA  
NACIONAL DE PROMOCIÓN  
RURAL

CONICET

Universidad  
Nacional  
de Quilmes

em 2013 (milhões €)		Pilar
Ariège	31 623	15 658
Aveyron	154 020	77 203
Haute-Garonne	101 885	8 893
Gers	132 326	10 049
Lot	55 882	21 159
Hautes-Pyrénées	46 530	17 490
Tarn	86 554	18 258
Tarn-et-Garonne	56 956	5 503
<b>Total</b>	<b>665 777</b>	<b>174 213</b>

Fonte: ASP. Agreste Midi-Pyrénées. Org: Vania C. S. Pedro

Nos Midi-Pyrénées, dos beneficiários totais (do primeiro e segundo pilar), 80% são concedidos aos pequenos produtores rurais e concentram 60% das subvenções. De acordo com dados oficiais da PAC na região:

Les petites exploitations représentant 39% des bénéficiaires des aides PAC 2010 et perçoivent 11% du montant total. Aux grandes exploitations, majoritairement sous formes sociétaires, qui ne représentant qu'un cinquième de l'effectif aidé, sont alloués 40% des 840 millions d'euros versés en Midi-Pyrénées<sup>14</sup>(AGRESTE, 2013, p. 7).

Outro fato que demonstra a concentração das subvenções, 20% dos beneficiários receberam 50% das ajudas. Em 2010, 32.543 propriedades (80% da amostra) partilharam metade dos subsídios da PAC, 10% receberam quase 270 milhões de euros de ajuda, um terço do valor total pago na região. Dentre estes, 27% são especializados na produção de cereais e oleaginosas, 24% na bovinocultura de corte e 23% na criação de ovinos e caprinos (AGRESTE, 2013). As propriedades que são especializadas em grandes culturas dominam, tanto em termos de quantidade, quanto do total recebido, de modo que, sobre as 40.353

<sup>14</sup> As pequenas propriedades representam 39 % dos beneficiários de subsídios da PAC de 2010 e recebem 11% do montante total. Para as grandes propriedades, majoritariamente sobre formas societárias, que representam apenas um quinto da força de trabalho, foram alocadas 40% dos 840 milhões de euros pagos a Região dos Midi-Pyrénées.



propriedades recenseadas, um terço, ou seja, 13.443 receberam um montante de 228 milhões de euros, 90% dos direitos de pagamento único (DPU) (AGRESTE, 2013).

Ao aprofundar as informações sobre as propriedades especializadas, verifica-se que mais de um terço está envolvida com a bovinocultura de corte, 18.185 propriedades receberam um montante total que ultrapassa a 70% das subvenções do primeiro pilar.

Pensando essa questão na escala europeia, dos países membros, no ano de 2009 quatro nações concentraram 58% dos fundos da PAC: a França (20%), a Alemanha (14%), a Espanha (13%) e a Itália (11%).

Esta repartição desigual se deve a alguns fatores, dentre eles a importância agrícola dos países em termos de área dedicada ao cultivo de cereais, oleaginosas e criação de animais (critérios históricos para alocação de apoios diretos); a especialização produtiva, uma vez que os setores produtivos não são apoiados de modo homogêneo (alguns setores, tais como a horticultura, a jardinagem, a viticultura, a produção de suínos e de aves possuem pouco ou nenhum subsídio), de acordo com Chatellier e Guyomard (2011).

A reforma do período 2014-2020 parece tentar coibir essa prática de concentração dos recursos, dado que os níveis de apoio serão reduzidos em relação às propriedades. Segundo Chatellier e Guyomard (2011), os agricultores dos Estados (incluindo a França) que recebam subvenções diretas por hectare superiores a média serão penalizados. Assim, fica estabelecido que "l'aide à l'hectare d'une exploitation ne pourra pas être inférieure à 60% de la moyenne des aides versées en 2019 dans une même zone administrative ou agronomique"<sup>15</sup> (AGRESTE, 2013, p. 4). Além do fato de que cada Estado membro não poderá receber menos que 75% da média comunitária.

Os Estados membros terão o direito de utilizar um pagamento de redistribuição para os primeiros hectares, por meio da dedução de 30% do seu orçamento nacional. Essa medida é direcionada, sobretudo, as pequenas propriedades.

<sup>15</sup> O subsídio por hectare de uma propriedade não poderá ser inferior à 60 % do subsídio médio pago até 2019 dentro da mesma área administrativa ou agrícola.



## CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Nos alimentamos bem? Uma interrogação que nos faz refletir sobre uma infinidade de questões que envolvem as grandes cadeias alimentares, os pequenos produtores rurais, a trajetória percorrida pelo alimento até chegar a nossa mesa, os tantos elementos químicos adicionados aos alimentos, as políticas que são desenvolvidas ou a falta delas para garantir o apoio aos sujeitos que buscam uma via alternativa as grandes cadeias. A importância da união entre os diferentes campos da geografia permitem-nos compreender o domínio do agronegócio nas cadeias alimentares, deixando à margem as pequenas propriedades que produzem alimentos e buscam formas alternativas de comercialização.

Uma análise da inserção da agricultura francesa no setor industrial e de serviços deixa evidente como a integração ao mercado, a adoção desigual de novas tecnologias e a baixa dos preços dos produtos agrícolas levam a pauperização dos trabalhadores rurais e ao êxodo rural (CHIFFOLEAU, 2012). Com potencial para alavancar esta situação, destaca-se a expansão de oligopólios agroindustriais, que limitam a capacidade de atuação dos pequenos produtores rurais, assim como as políticas agrícolas que acabam por privilegiar os "setores mais competitivos".

Chiffolleau (2012) constatou, com base em trabalhos de campo, que no início dos anos 2000, 22% dos produtores rurais na França viviam em situação de pobreza e 40% das famílias obtinham rendimentos inferiores a um salário mínimo. A análise de situações individuais mostra que a exclusão é interna a profissão agrícola e atinge em maior grau as propriedades "não profissionais", pequenas em termos de área, no contexto da modernização da agricultura.

Este processo é resultado, segundo Darolt (2013), de uma forte concentração de propriedades e especialização dos sistemas de produção, sobretudo nas últimas décadas do século XX, momento em que os agricultores trabalhavam para atender prioritariamente as grandes redes agroindustriais. Por sua vez, Darolt (2013, p. 140) argumenta que:

O comércio massivo para a grande distribuição, aliado ao hábito de comer fora de casa num estilo de vida considerado "moderno", criou um modelo de



produção-distribuição-consumo concentrado em circuitos longos, afastando cada vez mais produtores e consumidores.

Este processo passa pelas escolhas políticas de cada país e são influenciadas fortemente pelo mercado mundial, sobretudo pelas grandes empresas de produtos alimentares que acabam por exercer seu controle no comércio, transformação e venda de produtos.

Nesse sentido, o modelo de consumo baseado na compra de produtos locais vai sendo substituído pelo consumo de alimentos "deslocalizados", industrializados e tecnificados, numa lógica que prioriza os preços e não a qualidade ou a origem dos alimentos, nem a forma como estes são produzidos.

Por outro lado, a falta de investimento na profissionalização dos agricultores, nos serviços e infraestrutura para a comercialização em circuitos curtos, debilita a agricultura de pequena escala, ao mesmo tempo em que se verifica a homogeneização das paisagens rurais, bem como uma padronização das cadeias produtivas.

Para Gelbcke e Silva (2013) a construção de novas formas de comercialização, que muito se diferenciam das dominantes, foi à maneira com que os lugares ou territórios encontraram para fugir das normas rígidas do sistema. Propiciam uma relação mais estreita entre a sociedade e a natureza, assimilam setores sociais caracterizados pela economia familiar e por pequenas empresas, promovem a segurança alimentar em escala local/regional, favorecem o vínculo direto entre produtor e consumidor, além de responder às demandas de mercado.

Segundo Bouroullec (2015), a origem desses circuitos está relacionada a sistemas antigos, mas que sofrem novas reconfigurações graças ao progresso tecnológico e as novas formas de governança.

O conceito de circuitos curtos em sua forma atual surgiu no Japão no ano de 1965, quando um conjunto de madres preocupadas com a industrialização da agricultura, bem como o uso intensivo de produtos químicos fundaram as primeiras alianças - *teikei* - em que os pequenos produtores firmavam o compromisso de produzir alimentos limpos (CEPAL, 2013).



Esses contratos solidários inspiraram outras experiências no mundo, no mesmo período criaram-se propriedades comunitárias na Suíça denominadas "*food guilds*", nos Estados Unidos e Canadá tem início a "*community supported agriculture*". Na Itália formaram-se organizações conhecidas como "*gruppi di acquisto solidale*".

Em países da América Latina é visto como alternativa de escoamento da produção para além dos mercados tradicionais, dominados muitas vezes pela agricultura de larga escala. Emergem, sobretudo, relacionados a mercados ecológicos e orgânicos, a título de exemplo as "*lojas y cuencas*" no Equador, ou o "*Jalisco y Xalapa*" no México". No Brasil a Cepal cita os mercados de compra pública como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que compra alimentos produzidos pela agricultura familiar. Esses alimentos são distribuídos a pessoas e famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como a escolas, entidades de assistência social, cozinhas comunitárias, restaurantes populares etc.

Uma pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) mostrou sinais de crescimento da comercialização em circuitos curtos, foram identificadas 140 feiras ecológicas certificadas nas 27 capitais brasileiras (DAROLT, 2013). O estudo aponta ainda que onde a agricultura familiar está presente as vendas diretas são mais pronunciadas.

Na França este conceito foi impulsionado a partir de 2002, por meio das *Associations pour le maintien d'une agriculture paysanne* (AMAP), que trabalha de forma autônoma em relação ao Estado, uma parceria entre produtores e consumidores (CEPAL, 2013), como também os distribuidores de produtos agrícolas e as plataformas de comercialização de produtos locais.

As AMAPs são sistemas de produção e distribuição direta entre o agricultor e o consumidor. Um produtor oferece semanalmente a um conjunto de consumidores membros da associação uma cesta de produtos "*panier*", sendo que a composição depende da sazonalidade da produção (LAMINE, 2008).



A partir de 2009 o Estado francês passou a definir circuitos curtos como (...) "des formes de vente mobilisant de 0 a 1 intermédiaire entre producteur et consommateur, a permis l'entrée de nouveaux acteurs dans ce champ, notamment des collectivités qui cherchent à organiser la rencontre entre offre et demande"<sup>16</sup> (CHIFFOLEAU, 2012, p. 88).

Os circuitos curtos representam " une réponse à une exigence sans cesse grandissante de produits de terroir, de tradition, d'authenticité restaurant le lien social entre consommateur et producteur "<sup>17</sup> (CHIFFOLEAU, 2012, p. 90).

Representam também uma forma de realocização do pequeno produtor na cadeia produtiva, onde ele evidentemente encontra-se numa posição desfavorável em relação aos grandes produtores mais tecnificados e especializados. São vistos também com grande potencial para o desenvolvimento sustentável, uma vez que do ponto de vista econômico observa-se "(...) la valorisation des produits locaux, le maintien et/ou la création d'emploi, ainsi que des propriétés agricoles dans les zones péri-urbaines. Du point de vue social, les relations et coopérations entre les acteurs sont renforcées."<sup>18</sup> (BOUROULLEC, 2015, p. 3). Além da questão econômica, Bouroullec (2015) enfatiza melhorias nos níveis sociais e ambientais.

Outro argumento que favorece o incentivo aos circuitos curtos ou de proximidade se refere a segurança alimentar, tendo em vista que estes podem contribuir para a melhoria da nutrição das populações em locais periféricos. No mais, os circuitos também seriam úteis para a diversificação da dieta, já que estas regiões não se interessam pela grande distribuição, dada sua limitada capacidade de assimilação das economias de escala, mas sim optam pela diversificação dos produtos produzidos (SILVA, 2008). Conforme Silva (2008, p. 4)

<sup>16</sup> Formas de venda direta que mobilizam de 0 a 1 intermediário entre o produtor e o consumidor, permitindo a participação de novos atores sociais, incluindo as coletividades que procuram organizar o encontro entre oferta e demanda.

<sup>17</sup> Uma resposta a crescente demanda pelos produtos do *terroir*, que resgatam a tradição, a autenticidade, retomando o elo social entre consumidor e produtor.

<sup>18</sup> A valorização dos produtos locais, a manutenção e/ou geração de emprego, mesmo em propriedades agrícolas nas zonas periurbanas. Do ponto de vista social, são reforçadas as relações de cooperação entre os atores.



Um adequado funcionamento dos circuitos curtos favorecerá, por um lado, o aumento das quantidades ingeridas, considerando o aumento da produção para o autoconsumo e na capacidade de aquisição por parte das famílias, isto é, preços mais acessíveis devido a combinação entre o aumento da oferta regional e a retirada do valor acrescentado extra regionalmente.

Diversas tipologias foram elaboradas com o objetivo de classificar e/ou entender do que se trata o circuito curto, Renting *et al* (2003) apud Cepal (2013) o compreendem como a relação direta entre produtores e consumidores, circuitos de proximidade, com uma distância geográfica delimitada. Outros autores entendem os circuitos curtos delimitando um número máximo de intermediários ou em razão das relações sociais que são estabelecidas ao longo do circuito.

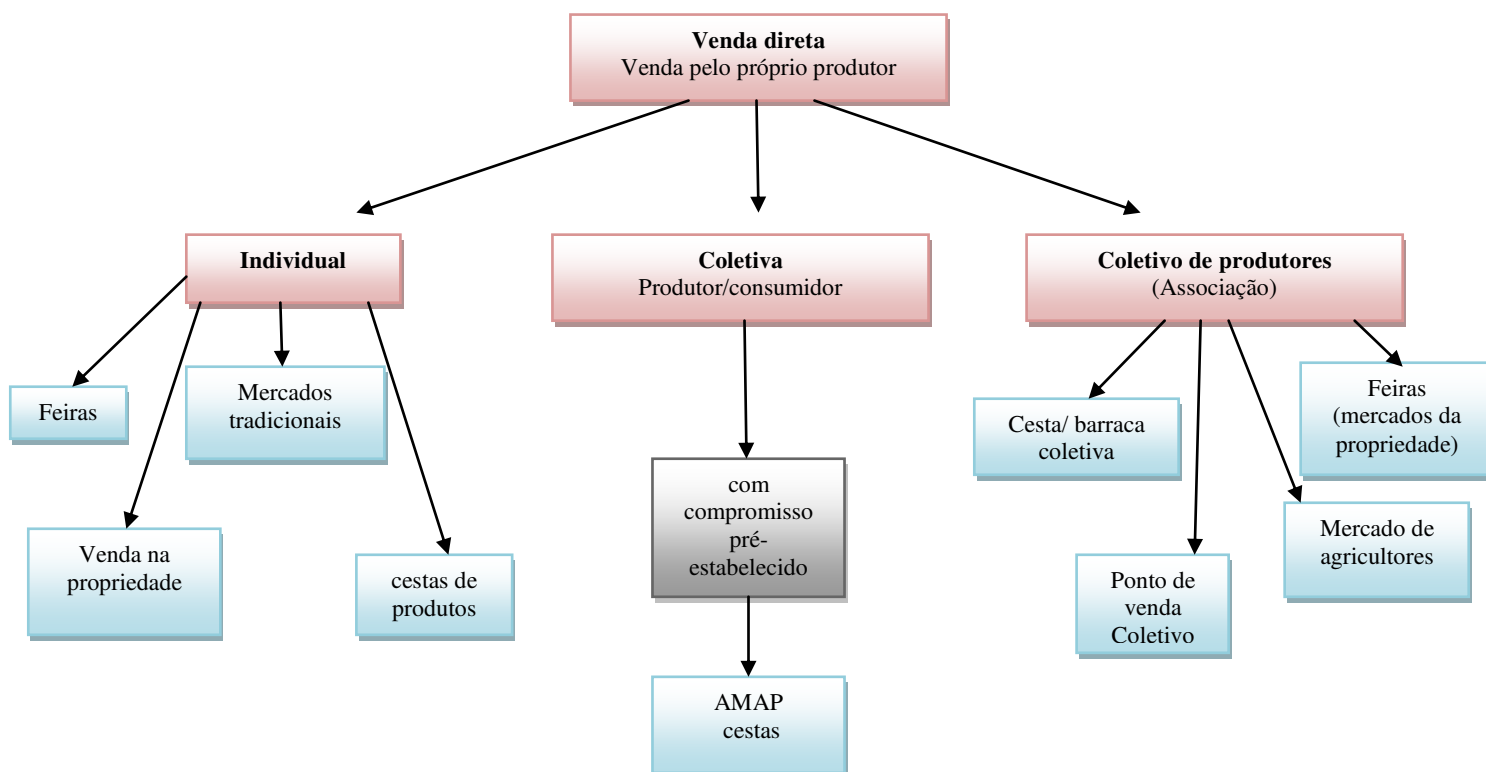
Os autores que abordam essa questão na França normalmente consideram três critérios principais para definir os circuitos curtos: 1 - o número de intermediários (deve ter no máximo um intermediário) e o sistema de venda direta (sem intermediário); 2 - o caráter individual ou coletivo do sistema de venda; 3 - a distância entre produção, venda e consumo.

Para Darolt (2013), o termo circuitos curtos possui uma definição institucional muito útil, mas na prática é discutível tendo em vista que um supermercado local pode comprar diretamente de um produtor, mas sem oferecer uma comercialização justa. É por isso que circuitos locais, circuitos de proximidade têm sido utilizados com frequência, reforçando a proximidade geográfica, relacional e social entre produtor e consumidor.

A Figura 1 retrata a diversidade existente de circuitos curtos, podendo este ser individual ou coletiva.



**Figura 1: Diversidade dos circuitos curtos**



**Fonte:** Formas de circuitos-curtos de comercialização na agricultura - disponível em <http://www1.montpellier.inra.fr/PSDR/doc/coxinel/florac2010-formation-05032010.pdf>. Org: Vania C. S. Pedro.

a agregação de valor aos pequenos produtores.

Com o objetivo de responder ao crescente interesse, o Ministério da Agricultura na França traçou um plano de ação ainda em 2009, cujas primeiras ações consistiram em financiar um conjunto de estudos para conhecer o perfil e competências que os produtores rurais deveriam adquirir para integrar-se nestes circuitos e de outro lado, advertir possíveis consumidores sobre a importância de adquirir produtos locais.

Desenvolveram-se medidas de apoio a incorporação dos agricultores em circuitos curtos, isto é, foram elaboradas referências técnico-econômicas que permitiam avaliar a viabilidade dos projetos de circuitos curtos e por fim foram desenvolvidas ações com vistas a





melhorar a capacidade de transformação, comercialização e gestão, sobretudo associativa dos atores locais (CEPAL, 2013).

Do outro lado, com o objetivo de alavancar o consumo de alimentos locais, o Ministério da Agricultura construiu uma plataforma de capacitação dirigida ao setor dos restaurantes. Como resultado dessas medidas o último censo agrícola da França (em 2010), mostrou que 21% do total das explorações agrícolas vendiam sua produção em circuitos curtos, cujo tamanho das propriedades são menores que a média nacional - 20 hectares contra 55 hectares - os principais produtos comercializados são o mel (51%), as hortaliças (46%), as frutas (26%), aves e ovos (10%) e produtos lácteos (8%) (CEPAL, 2013).

Do mesmo modo, os principais canais de comercialização em circuitos curtos são a venda direta na propriedade (48%), em feiras livres (18%), nas feiras campesinas ou em pontos associativos (5%), já a venda através da *internet*, restaurantes, coletividades locais e supermercados representam 8% do total (CEPAL, 2013).

Esses dados da Cepal evidenciam os limites da PAC em relação a determinados estratos (pequenas propriedades rurais), pois, diante dos dados apresentados no capítulo anterior houve concentração de recursos para as grandes propriedades em detrimento das pequenas, levando estes produtores a vender sua produção nos circuitos curtos de comercialização. Coincidentemente, os principais produtos comercializados pelos pequenos produtores são os mesmos que recebem menos subvenções da PAC, com exceção dos produtos lácteos.

Do ponto de vista do volume produzido e comercializado, é importante frisar que essas formas de comercialização são pouco expressivas no sistema alimentar. Sua integração a economia capitalista é resultado das dinâmicas locais e regionais, as quais são incapazes de exercer domínio nos grandes fluxos - nacionais e internacionais - de mercadorias que atravessam o espaço global. Para Silva (2008) este é um limite claro para sua realização e perspectivas evolutivas.



Em termos de potencial, este tipo de comercialização é favorável ao produtor rural ao garantir uma economia de custos - transportes, venda em plataformas virtuais - e a criação de valor de ativos imateriais (marca, valorização de produtos locais, autenticidade, elo social) como salienta (CHIFFOLEAU, 2010).

### O CASO DO DRIVE-FERMIER TOULOUSAIN

A Casa da Agricultura acompanha os produtores do *Haute-Garonne* que desejam comercializar nos circuitos curtos, bem como desenvolver o agroturismo em suas propriedades. De acordo com os documentos da *Chambre d'Agriculture* (2015, p. 1) as motivações dos produtores podem ser múltiplas:

- S'impliquer dans la dynamique locale,
- Maîtriser la production jusqu'au produit final,
- Échanger et partager leur savoir-faire directement avec leurs clients,
- Apporter une plus grande valeur ajoutée aux produits et un complément de revenu aux exploitants.<sup>19</sup>

Além das formas tradicionais ainda muito presentes em Haute-Garonne, novas alternativas de comercialização têm surgido, tais como: lojas coletivas de produtos agrícolas (em torno de 14), cestas de produtos e plataformas de produtos locais.

Ces outils sont un moyen de répondre aux nouvelles attentes des consommateurs, qui accordent de plus en plus d'importance à la qualité et à la traçabilité des produits. Les circuits courts peuvent permettre aux producteurs engagés dans ces démarches de dégager de meilleurs revenus et développer l'emploi sur leurs exploitations<sup>20</sup> (CHAMBRE d'AGRICULTURE, 2015, p. 2).

<sup>19</sup> - Envolver-se com a dinâmica local - Maior controle da produção até o produto final - Partilhar o saber-fazer diretamente com os clientes - Agregar valor aos produtos e renda complementar aos agricultores.

<sup>20</sup>Essas ferramentas respondem as novas demandas dos consumidores, que passam a compreender a importância da qualidade e da rastreabilidade dos produtos. A integração nos circuitos curtos possibilitam melhores rendimentos, além de gerar novos empregos.



O agroturismo em *Haute-Garonne* abrange um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no espaço rural geralmente classificadas em três grupos: gastronomia, lazer e hospedagem.

Essas novas formas de consumir o espaço rural estão presentes em toda França, no caso do Departamento de *Haute-Garonne* com a finalidade de incentivar essas práticas e melhorar o rendimento das pequenas propriedades, são desenvolvidas ações de *marketing* para valorizar os produtos locais. Com o apoio da Casa da Agricultura foi criada uma plataforma "*Bienvenue à la Ferme en Haute-Garonne*" na qual constam todas as informações relativas ao agroturismo, as propriedades cadastradas, a venda de produtos, as possibilidades de hospedagem, as lojas de produtores etc.

Com o objetivo de conhecer uma das modalidades de circuito curto, durante o estágio de pesquisa na França, estudamos o *Drive-fermier Toulousain*, que se constitui numa loja virtual de venda de produtos organizada por produtores rurais.

Conforme Bouroullec (2015) os *drivers-fermiers* são estruturas coletivas que visam atender o consumidor final por um sistema de venda em circuitos curtos. São plataformas virtuais e diferentes dos mercados e lojas dos produtores rurais, as compras e pagamentos são feitos pela *internet*, de forma que as entregas e encontros entre produtores e consumidores acontecem nos pontos de distribuição.

Existem cerca de 200 plataformas de *drivers-fermiers* em todo o país. Estão cadastrados no *drive-fermier Toulousain* cerca de 50 produtores rurais, de acordo com o vice-presidente da Casa da Agricultura:

Il sont une cinquantaine, **il sont petits, moyens**, il y a tous, ils sont plutôt petits parce qu'ils privilégient la valeur ajoutée de leur produit plutôt que la taille de l'exploitation, gagner plus d'argent par hectare qu'avoir beaucoup d'hectares, pour la raison que je vous ai dit au début, l'hectare, ça coûte cher ici<sup>21</sup> (entretien en janvier, 2016).

<sup>21</sup> Participam cinquenta produtores, eles são pequenos, médios, em sua maioria são pequenos, privilegiam o valor acrescentado dos seus produtos em detrimento do tamanho da propriedade, ganhar mais dinheiro do que ter muitos hectares, em razão do que eu te disse no início, o hectare custa caro aqui.



Os produtores veem no *drive-fermier* uma possibilidade de comercialização mais justa, pois a venda direta elimina o intermediário, em entrevista uma produtora relata a vantagem de participar desta plataforma:

Moi, je sers le vin et je trouve que c'est une bonne opération pour le producteur parce que si les consommateurs veulent, ils ont leurs produits tous les vendredis. Il n'y a pas d'intermédiaires, les produits directs, c'est l'avantage<sup>22</sup> (entretien en décembre 2015).

Em outra entrevista, quando questionada sobre o principal problema em relação à comercialização da produção, a produtora ressalta a impossibilidade dela mesma decidir sobre o preço dos produtos:

Nous ne pouvons pas donner notre prix, ce sont les acheteurs qui mettent les prix, pas nous, pour le vin, ce sont les négociants que vont dire, cette année, je vais prendre tant, vous êtes d'accord ou pas ? C'est pas le *drive*, pour le *drive*, c'est nous que donnons le prix, c'est pour ça que c'est bien. La bouteille de vin apéritif, ça coûte 9,50 Euros et l'Armagnac, 30 euros. C'est pour la céréale que nous ne donnons pas le prix, mais c'est la coopérative. C'est le principal problème<sup>23</sup> (entretien en janvier 2016) (entretien en janvier 2016).

O *drive* deve propor entregas semanalmente e oferecer produtos variados (legumes, frutas, carnes, produtos lácteos), geralmente com o que é produzido conforme as estações do ano. No caso do *drive-fermier Toulousain*, o consumidor pode fazer a compra do produto semanalmente, para receber os produtos na sexta-feira seguinte, os clientes têm até terça-feira à noite para fazer sua compra, pagar e indicar o local de retirada. Em Toulouse estão a

<sup>22</sup> Eu comercializo vinho e eu acho que é um bom negócio para o produtor porque se os consumidores quiserem, eles terão os seus produtos às sextas-feiras. Não há intermediários, produtos diretos, essa é a vantagem.

<sup>23</sup> Nós não podemos dar o nosso preço, são os compradores que colocam o preço, não nós, com relação ao vinho são os negociantes que vão dizer: este ano vou pagar tanto, vocês estão de acordo ou não? Não é o *drive*, com relação ao *drive*, somos nós que damos o preço, por isso que é bom. A garrafa de vinho aperitivo custa 9,50 euros e o *Armagnac* 30 euros. Com relação aos cereais é a cooperativa que dá os preços. Este é o principal problema.



disposição dos consumidores cinco pontos de distribuição do *drive-fermier Toulousain* (foto 1).

**Foto 1 :** Ponto de distribuição do *Drive-fermier Toulousain em Portet-sur-Garonne* próximo de Toulouse



**Fonte:** Trabalho de Campo realizado em dezembro de 2015. Autora: Vania C. S. Pedro.

Com base nas entrevistas e leitura realizadas podemos afirmar que os novos canais de comercialização são muito importantes para os pequenos produtores rurais, uma vez que eles dispõem de pequenas áreas de terra. Verifica-se também a criação de diferentes formas de distribuição (cestas diversificadas, feiras de produtores, lojas virtuais, vendas na propriedade etc.), as quais devem ser acompanhadas e constantemente avaliadas, para que sejam garantidos os princípios de equidade, solidariedade e sustentabilidade (DAROLT, 2013).

Do outro lado, os consumidores cada vez mais buscam produtos com preços mais justos, produtos de época que ressaltam as características locais (sobretudo na França) e o cuidado com a paisagem. Nesse contexto, as políticas públicas podem contribuir no sentido de divulgar a importância dos produtos locais e ao mesmo tempo cuidar para que a equidade, a solidariedade e a sustentabilidade sejam mantidas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PAC se configura numa importante política pública para o setor agropecuário europeu, principalmente para a França. Os dados de fonte secundária, e mais especificamente do último recenseamento agrícola, mostrou que as subvenções da PAC se concentram em determinados estratos de áreas, e produtos, considerados estratégicos, dentre eles os cereais, a carne bovina e o leite, levando a especialização produtiva de algumas regiões.

Assim, a última reforma proposta com vigência para 2014-2020, pretende amenizar essas distorções, além de efetivar os recursos voltados as ações que visam preservar o meio ambiente por meio dos dispositivos de “pagamento verde”.

Um aspecto relevante da PAC que não encontramos nas políticas públicas do Brasil refere-se a sua continuidade (tem mais de 50 anos), a sua flexibilidade diante das diferenças regionais e a possibilidade de incorporar novos elementos ao longo dos anos.

Em relação aos circuitos curtos, podemos perceber que diante de duas realidades distintas, uma desenvolvida e outra em vias de desenvolvimento, se tem a emergência de alternativas de comercialização muito próximas ou parecidas, mas em diferentes graus de desenvolvimento. Na França, encontramos experiências de circuitos curtos mais consolidadas, com papel importante do poder local (que atua nas duas pontas do circuito), da tecnologia, do *marketing*, além de consumidores mais conscientes, maior valorização dos produtos do território e do produtor rural. E de certa forma existe um apoio forte do governo.

Podemos citar como exemplo as AMAPs, as lojas de produtores rurais na cidade de Toulouse, e, sobretudo, o *drive-fermier Toulousain*, uma modalidade de circuito curto de venda direta virtual que possibilita maiores ganhos aos seus participantes, ao eliminar o intermediário, além de garantir maior autonomia ao pequeno produtor rural. Sendo assim, os pequenos produtores têm a possibilidade de inserir os seus produtos em diferentes canais de comercialização.



No Brasil os circuitos curtos estão relacionados a feiras de agricultores familiares, juntamente com o oferecimento de produtos diferenciados, podendo estes ser orgânicos ou agroecológicos, só que num viés mais econômico, de alternativa de renda.

No caso do Estado de São Paulo, com a tentativa de corrigir as disparidades entre agricultura empresarial e familiar, ou ainda de tornar o agricultor familiar mais competitivo, foi instituído o Projeto Microbacias II, com investimentos na comercialização e na produção, buscando tornar as associações e cooperativas que agregam agricultores familiares mais competitivas nas cadeias produtivas em que atuam. Não se considera no projeto um agricultor com atividades diversificadas, característica principal da agricultura familiar brasileira. Moderniza-se o processo produtivo, integra o agricultor nas grandes cadeias produtivas, mas este permanece numa posição inferior em relação às grandes empresas que dominam o sistema agroalimentar. Por isso defendemos a ideia de que esses recursos sejam direcionados também para impulsionar os circuitos curtos de comercialização, que além de aproximar produtor e consumidor, podem ter impactos econômicos, sociais e ambientais positivos .

Dessa forma os pequenos produtores encontram-se em posição de subordinação, de desvantagem comparado aos grandes produtores na cadeia produtiva. Os produtores da ARGB e da APRUPAR, diferentemente dos produtores do *drive-fermier Toulousain* têm como canal de comercialização os mercados nacional e internacional.

## REFERÊNCIAS

AGRESTE. Direction régionale de l'alimentation, de l'agriculture et de la forêt de Midi-Pyrénées. **Aides de la Politique Agricole Commune (PAC) en 2013**. Disponível em: < <http://agreste.agriculture.gouv.fr/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

AGRESTE. Recensement agricole 2010. **Exploitations par orientation économique (OTEX)**. Disponível em: < [http://agreste.agriculture.gouv.fr/IMG/pdf\\_R7311RA01.pdf/](http://agreste.agriculture.gouv.fr/IMG/pdf_R7311RA01.pdf/)>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

AGRESTE. Languedoc-Roussillon Midi-Pyrénées. **Une région au premier plan**. Disponível em: < <http://agreste.agriculture.gouv.fr/IMG/pdf/R9115A14.pdf/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.



AUBERT, Francis; BERRIET-SOLLIEC, Marielle; GUÉRIN, Marc. A intervenção das administrações territoriais francesas no desenvolvimento rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2002, pp. 113-145.

BERRIET-SOLLIEC, Marielle. Décentralisation et politique agricole en France. In: **Économie rurale**. N°268-269, 2002. Agriculture et politiques publiques en Allemagne et en France. pp. 54-67.

BOUROULLEC Melise, Dantas Machado; VICTORIA, Fabien. **ATOS** : un outil d'analyse de la durabilité des systèmes agroalimentaires Alternatifs. Disponível em: < <http://www.sfer.asso.fr/content/download/5678/48271/version/1/file/jrss-2014-machado-bouroullec.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

CHATELLIER, Vincent; GUYOMARD, Hervé. Le budget de la PAC et le ciblage des aides. **Revue Projet** , N°321, 2011, pp. 52-59.

CEPAL - **Agricultura familiar y circuitos cortos**. Serie Seminarios y Conferencias N° 77, 2013. Disponível em: < [www.cepal.org/publicaciones](http://www.cepal.org/publicaciones)>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

CHAMBRE D'AGRICULTURE. **Chambre d'Agriculture de la Haute-Garonne**. Disponível em: < <http://www.chambres-agriculture.fr/accueil/>>. Acesso em 5 de janeiro 2016.

CHAMBRE D'AGRICULTURE. **Chambre d'Agriculture du Gers**. Disponível em: < <http://www.gers-chambagri.com/>>. Acesso em 5 de janeiro 2016.

CHAMBRE D'AGRICULTURE. **Chambre d'Agriculture de l'Aveyron**. Disponível em: < <http://www.aveyron.chambagri.fr/>>. Acesso em 5 de janeiro 2016.

CHIFFOLEAU, Yuna. **Les circuits courts de Commercialisation en Agriculture: Diversité Et Enjeux Pour Le développement durable**. Disponível em: < <http://dmlv.fr/node/703>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

CHIFFOLEAU, Yuna ; PREVOST, Benoît. Les circuits courts, des innovations sociales pour une alimentation durable dans les territoires. **Revue Norois**, N°224, 2012, Disponível em: < <https://norois.revues.org/4245>>. Acesso em 4 de janeiro 2016.

COMISSÃO EUROPEIA - < [http://europa.eu/index\\_pt.htm](http://europa.eu/index_pt.htm)>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.





**CONFÉDÉRATION PAYSANNE** - <<http://www.confederationpaysanne.fr>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

**CONSEIL DÉPARTAMENTEL** - <<http://www.haute-garonne.fr/fr/profil/monde-agricole.html>> . Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. IN: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de, VEZZANI, Fabiane Machado. (ORG). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba : Kairós, 2013.

DUVERNOY, Isabelle. Le conseil agricole public dans l'aire urbaine toulousaine : entre développement sectoriel et territorial. IN: COMPAGNONE, Claude; AURICOSTE, Caroline

LÉMERY, Bruno. **Conseil et développement en agriculture. Quelles nouvelles pratiques ?** Editions Quæ, 2009.

GELBCKE, Daniele Lima; SILVA, Clécio Azevedo da. **A construção sócio espacial do sistema alimentar : um olhar sobre os circuitos curtos de comercialização**. Texto apresentado no VII Encontro de grupos de pesquisa (ENGRUP). ISSN -1983-4861. Rio Claro - 13 a 16 de maio de 2013.

LAMINE, C. **Les Amaps: un nouveau pacte entre producteurs et consommateurs?** Gap: Ed. Yves Michel, 2008.

MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE - **Estatística agrícola anual (AGRESTE)**. Disponível em:<<http://agreste.agriculture.gouv.fr/en-region/languedoc-roussillon-midi-pyrenees/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

NEVES NETO, C. C. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. 2013. 312f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**. Anexos CATI: São Paulo, 2001.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade



e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - MICROBACIAS II -** Acesso ao Mercado. Manual Operacional. 2012.

SILVA, Clecio Azevedo da. **La configuración de los circuitos "de proximidad" en el sistema alimentario:** tendencias evolutivas. Doc. Anais. N°54, 2008, pp.11-32.